

Os Processos de Integração Econômica Regional da União Européia e do Mercosul: breve abordagem histórico-evolutiva

Leonardo Arquimimo de Carvalho *

SUMÁRIO: 1. Introdução. 2. União Européia: conflito e integração. 2.1. O desejo de paz para a Europa: uma abordagem remota. 2.2. Crises e alianças: a Europa de 1890-1914. 2.3. O período entre guerras. 2.4. O pós-guerra e a reconstrução da Europa. 2.5. O Plano Marshall. 2.6. A experiência BENELUX e os momentos posteriores. 3. Mercosul: antecedentes históricos e integração. 3.1. Incidentes da integração latino americana. 3.2. Simón Bolívar e o Congresso do Panamá. 3.3. Novas tratativas, congressos e acordos posteriores. 3.4. O Pan-americanismo. 3.5. Organismos, tratados e associações: elementos recentes da integração latino-americana. 3.6. A integração do Cone-sul: grandes dificuldades a vencer. 4. Elementos distintivos. 5. Elementos de aproximação. 6. Conclusão. 7. Bibliografia.

SUMMARY: 1. Introduction. 2. Union European: conflict and integration. 2.1. The desire of peace for the Europe. 2.2. Crises and alliances: the Europe of 1890-1914. 2.3. The period between wars. 2.4. The postwar and the Europe's. 2.5. The Plan Marshall. 2.6. The BENELUX experience and the subsequent moments. 3. Mercosul: historic and integration. 3.1. Incidents of Latin American Integration. 3.2. Simon Bolivar and the Congress of Panama. 3.3. New treats, congresses and subsequent agreements. 3.4. The Pan-Americanism. 3.5. Agencies, treated and associations: recent elements from the Latin-American integration. 3.6. The integration of the South Cone: difficulties. 4. Distinctive elements. 5. Approach Elements. 6. Conclusion. 7. Bibliography.

* Mestre em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Santa Catarina(UFSC). Professor de Teoria das Relações Internacionais na Academia de Direito das Faculdades do Brasil.

SUMARIO: 1. Introducción. 2. El Unión Europea: el conflicto y la integración. 2.1. El Deseo de la Paz para la Europa. 2.2. Las Crisis y las Alianzas: la Europa de 1890-1914. 2.3. El período entre guerras. 2.4. El posguerra y la reconstrucción de la Europa's. 2.5. El Plan Marshall. 2.6. La experiencia de BENELUX y los momentos subsiguientes. 3. Mercosul: histórico y integración. 3.1. Los incidentes de la Integración Latinoamericana. 3.2. Simón Bolívar y el Congreso del Panamá. 3.3. Los congresos y los acuerdos subsiguientes. 3.4. El Pan-Americanismo. 3.5. Los Organismos, tratados y las Asociaciones: los Elementos Recientes de la Integración Latinoamericana. 3.6. La integración del Cono del Sur: dificultades. 4. Los elementos distintivos. 5. Elementos de la Aproximación. 6. Conclusión. 7. Bibliografía.

RESUMO: Em um breve resgate histórico, o ensaio apresenta os caminhos percorridos pelos povos – europeus e latino-americanos – até alcançar a integração. Apresentam-se as diferenças e semelhanças marcantes entre os processos integracionistas do Mercosul e da União Européia, bem como as influências políticas e econômicas que impulsionaram o desenvolvimento regional.

ABSTRACT: In a brief historical rescue, the essay presents the parts traveled by Europeans and Latin Americans until reach integration. It also presents the differences and the similarities between Mercosul's integration process and European Union's, demonstrating political and economic influences that urged regional improvement.

RESUMEN: El ensayo presenta las partes viajadas por las personas – los europeos y los latinoamericanos – hasta el alcance la integración. También presenta la diferencia y la similitud entre la integración de proceso del MERCOSUR con la Unión Europea. Los dos ellos tienen influencias políticas y económicas que auxilian el desarrollo regional.

***PALAVRAS-CHAVES:** Mercosul. União Européia. Integração regional. Influência política e econômica.*

***KEY-WORDS:** Mercosur. European Union. Regional integration. Political and economic influences.*

***PALABRAS-LLAVES:** MERCOSUR. Unión Europea. Integración regional. Influencias políticas y económicas.*

1. Introdução

De modo elementar poder-se-ia afirmar que a integração regional corresponde a um processo ou estado onde diversas nações decidem formar um grupo, com os mais diversos objetivos. Tratando-se de um meio e não de um fim, sendo, contudo, apresentado como implementadora do desenvolvimento econômico. Contemporaneamente os escopos econômicos têm sido manifestados de modo mais significativo.

No período posterior a Segunda Guerra Mundial, o comércio internacional encontrou várias nuances para o seu crescimento, do bilateralismo ao multilateralismo, passando pelo regionalismo. De qualquer forma, ganha força o integracionismo econômico - de modo geral, valendo-se do regionalismo - como instrumento de crescimento econômico.

Logo, a integração regional, tem sido apontada, como viés à superação das muitas dificuldades que afligem o Estado moderno. A principal delas, relacionada ao aspecto econômico, assim, criar um espaço para o desenvolvimento e para inserção competitiva dentro do mercado mundial, criando escudos para os danosos efeitos causados pelo darwinismo nas relações econômicas internacionais.

As vantagens de um processo integracionista, mesmo que unicamente com tonalidades econômicas são inegáveis, e grande parte dos blocos em formação já tem consciência deste ganho. Alguns processos têm sido conduzidos com compromissos mais sérios e definitivos, com a criação de estruturas com poder decisório e independência necessários para o alavancamento integracionista. Enquanto outros são conduzidos de maneira cautelosa, sempre dependendo de circunstâncias econômicas momentâneas.

Muitos dos processos de integração regional buscam inspiração no modelo europeu, hoje aperfeiçoado sob a denominação de União Européia (UE); onde o adiantado grau de compatibilização das inúmeras políticas dos países membros por intermédio das forças supranacionais é demasiado impressionante.

Uma pergunta, contudo, parece surgir sempre que são estabelecidos elementos de comparação entre os diversos processos integracionistas – principalmente se a comparação é realizada entre a UE e outros processos incipientes –, qual seja, em que medida os fatos conformadores da história européia são determinantes na postura adotada por aqueles países na condução da sua integração regional? No trabalho de construção e legitimação do Mercado Comum do Sul (Mercosul), a observação do modelo mais adiantado é uma constante, e a pergunta também palpita.

Neste sentido, pretende-se discutir a evolução histórica dos processos de integração na Europa e na América Latina, observando alguns fatos históricos mais contundentes e capazes de estimular ou não o seguimento do trabalho integrador. Busca-se ainda, encontrar elementos de dissenção e o de similitudes entre UE e Mercosul.

Para tanto, num primeiro momento, objetiva-se analisar o contexto histórico em que nasce o crescente processo de união dos povos europeus, fazendo uma abordagem remota do desejo de paz no Continente europeu, ainda, recordando o período de crises e alianças que antecederam a Primeira Guerra Mundial, o período entre guerras, a Segunda Guerra Mundial, e o pós-guerra.

Num segundo momento – ainda que de maneira perfunctória, como ocorre no momento anterior –, busca-se analisar as raízes mais profundas do Mercosul com os antecedentes da integração latina americana, dando atenção à figura emblemática de Simón Bolívar e o Congresso do Panamá de 1826, e as negociações posteriores intentadas sob novas óticas, além do Pan-americanismo e elementos recentes da integração latina americana dando relevo substancial ao Mercosul.

Posteriormente apresenta-se um elemento distintivo principal entre os processo de integração européia e mercosulina, responsável, numa visão simplista, por muitas das dessemelhanças e disparidades entre os blocos analisados. Um elemento procedimental ou instrumental, secundário, porém, não menos importante, será também apontado como diferenciador entre as formas de condução do processo.

Ao final, pretende-se arrolar alguns elementos que demonstram a proximidade nos objetivos e motivos integracionistas entre os dois blocos regionais tais como o período, os objetivos desenvolvimentistas, reflexos

da política internacional e principalmente estancamento do poderio político-econômico dos norte-americanos.

2. *União Européia: conflito e integração*

A observação dos antecedentes históricos da União Européia implica necessariamente a limitação temporal do período em que se pretende centrar atenção, já que a amplitude da abordagem poderia resultar estéril em face da quantidade dantesca de elementos minimamente decisivos na construção de uma nova sociedade européia.

Não acarreta em prejuízos, contudo, uma ligeira retrospectiva que de qualquer maneira fornece os rudimentos à compreensão do evoluir dos fatos na direção de um consenso de difícil estruturação, qual seja, a formação concentrada de Estados sob o poder de um cetro supranacional.

A idéia da criação de uma Europa em irmandade com seus povos vivendo em harmonia, constantemente freqüentou a idéia de pensadores, políticos e poetas, se não vejamos.

2.1. *O desejo de paz para a Europa: uma abordagem remota*

Segundo Casella, remonta ao Cristianismo medieval ou mesmo até à antiguidade a noção de unidade espiritual e cultural, concomitante ou não, às tentativas de união política dos povos que habitavam o território europeu.¹

Apesar das divergências, um elemento comum permeava a idéia de união dos povos europeus, a necessidade de fortalecer a defesa contra os inimigos externos, geralmente determinadas por conveniências passageiras e incidentais, v.g. a ameaça muçulmana. Naqueles períodos, a elaboração de ensaios buscando um norte ao continente encontrava fundamentação preponderantemente na formação de uma comunidade cristã.

São exemplos, Dante Alighieri no início do século XIV, em seu tratado, *De Monarchia*, que sonhava com uma *polis christiana*. Contemporâneo de Dante, Pierre Dubois, conclamava os europeus à reconquista da Terra Santa e do Santo Sepulcro – *Reconquista da Terra Santa* de 1306 – além da pacificação da Europa, trabalho atribuído à França em substituição a liderança que pertencera ao Sacro Império Romano Germânico. Erasmo de Roterdão – *Lamento da paz* de 1517 – propalava idéias de uma *européia República dos sábios*, contrária a guerra e favorável a paz e a concórdia, *tranquillitas orbis Christiani*.²

¹ CASELLA, Paulo Borba. *Comunidade européia e seu ordenamento jurídico*, p. 58.

² Idem, p. 60-1.

Certamente, as manifestações produziram efeitos já que a religião cristã havia conquistado um espaço significativo em toda a Europa. Tratando-se de um importante instrumento de propalação da sua doutrina.

Num segundo momento desta observação histórica remota, de modo mais nítido, surge um novo elemento motivador da unidade, a paz pela paz, influencia do período iluminista. Eméric Crucé, já na idade moderna, apontava as guerras como resultado das rivalidades dinásticas, da política de poder dos diferentes príncipes, idealmente refletia sobre uma Europa unida ou federada. William Penn, em sua obra, *Ensaio sobre a paz presente e futura da Europa* de 1692, do mesmo modo apreçoava o pacifismo. Abbé de St. Pierre – *Le projet de la paix perpétuelle* de 1713 – conhecido como advogado da República Européia –, propunha um projeto de paz perpétua para Europa, influenciando toda uma geração até o século XX.³

Kant com a mesma argumentação editou seu ensaio filosófico sobre a paz perpétua – *Zum Ewigen Frieden* – apresentava propostas realistas, demonstrando que os monarcas tendiam à guerra por que consideravam os Estados patrimônios seus. Almejava, no texto clássico, uma federação universal, formada por leis que considerava fundamentais para obtenção da paz.⁴

Vitor Hugo e Emile Zola, dentre outros destacados escritores, reforçavam o movimento humanista em direção à integração⁵. Em verdade, o ideal dos pensadores ainda estaria longe de refletir um anseio dos governantes, e o século seguinte marcaria para sempre a história européia, obrigando-os a restabelecer os ensinamentos propalados pelos pensadores.

2.2. Crises e alianças: a Europa de 1890-1914

Possivelmente no decorrer do século XX ocorreram os lances principais da formação comunitária européia, que gradativamente ganharam força na medida que incorporaram novos elementos de legitimação. A importância das guerras neste contexto, não permite uma abordagem que não as mencionem.

Neste sentido, as alianças estabelecidas no período anterior a Primeira Guerra eram manifestamente formadas com o objetivo de aumentar o poder e fortalecer as defesas na hipótese de um conflito eminente, que circulava entre fronteiras quentes⁶. Os novos Estados constituídos ansiavam

³ Idem, p. 61-3.

⁴ KANT, Immanuel. *A paz perpétua*, p. 25-40.

⁵ OLIVEIRA, Maria Odete de. *União Européia: processos de integração e mutação*, p.84.

⁶ Alemanha e França continuavam discutindo em função da Alsácia-Lorena, França e Itália travam guerra aduaneira. França tentava acordar com Inglaterra em relação às colônias africanas. Rússia e Inglaterra estiveram na eminência de um conflito em função das colônias na Ásia. Russos e franceses haviam firmado aliança secreta defensiva contra a Alemanha, ambos tinham interesses comuns que era de reduzir o poderio inglês. A Inglaterra ressentia-se pelo fato de ter surgido uma nova rival – Alemanha – marítima, colonial, industrial e comercial.

por mais poder enquanto os velhos – Império Austro-húngaro e Otomano – lutavam contra grupos nacionais.

Durante o período compreendido entre 1905 e 1914 ocorrem cinco grandes crises gradativamente mais sérias, originadas de duas grades crises: entre franceses e alemães de origem colonial, e austríacos e russos de origem balcânica⁷. A quinta crise, de julho de 1914, desencadeada pelo assassinato do herdeiro arquiducado Francisco Ferdinando, ocasionou o desenlace de todos os acordos e alianças firmados no decorrer dos anos. A Guerra era uma questão de tempo.

Nas primeiras décadas do século XX, no auge do imperialismo tanto a pretensão alemã quanto à britânica e francesa era de um *status* global único e o objetivo de guerra resumia-se na aniquilação do outro, com vitória total: um objetivo tresloucado que acabou por destruir vencidos e vencedores, conduzindo os derrotados para a revolução e os vencedores à bancarrota e à exaustão física. A Inglaterra, exemplificativamente, jamais voltou a ser a mesma depois de 1918, arruinará a sua economia, gastando o que não possuía.⁸

Apesar de significativa a quantidade de alianças e acordos firmados no período indicado, nenhum deles objetivamente pretendia estabelecer alianças para a paz e o desenvolvimento. Ao final, a paz imposta como retribuição aos perdedores, que objetivava controlar a Alemanha e redefinir as fronteiras do império russo, habsburgo e otomano; revelou-se um dos estopins do novo conflito mundial.

De qualquer maneira os elementos recordados são responsáveis pela desestruturação

⁷ A primeira crise foi a marroquina, provocada por um discurso de Guilherme II no ano de 1905, que prometeu proteger a independência de Marrocos, contrariando os interesses franceses que, desde 1900, por intermédio de sucessivos acordos com Itália, Grã-Bretanha e Espanha, buscava estabelecer ali um protetorado.

A segunda é a da Bósnia-Herzegovina de 1908-1909. O Império Austro-Húngaro almejava destruir a Sérvia, mas as tentativas econômicas não resultaram exitosas. Como a propaganda Sérvia era forte na Bósnia-Herzegovina, aqueles resolveram anexar este território nominalmente turco. Os sérvios protestaram e pediram ajuda aos russos, que detinham um exército fraco e seriamente avariado em função da aniquilação conduzida pelos japoneses na Manchúria, então, os russos pediram ajuda aos franceses, que não desejavam uma guerra nos Bálcãs.

A crise conseqüente é novamente marroquina. Imperava profunda desordem em todo Marrocos, sendo confiado à França a polícia dos principais portos do país – recebera a incumbência em 1906, após a primeira crise, durante a conferência de Algerias, quando a idéia de internacionalização do território marroquino, defendida pela Alemanha, fora descartada. Em abril de 1911, o sultão Hafid, encontrava-se cercado por rebeldes, tendo pedido ajuda aos franceses estes não hesitaram em enviar tropas para o interior do país. Alemães protestaram colocando uma canhoneira no porto de Agadir. Russos deram troco a França negando apoio contra alemães, ingleses receosos com o poderia naval alemão incentivavam acordo. Resultou pois, num grande acordo colonial franco-alemão, que liquidou as desavenças coloniais entre os dois países.

A quarta é novamente uma crise nos Bálcãs. O Império Otomano desmoronava na Europa, já havia perdido, Grécia, Sérvia, Romênia, Montenegro, Bulgária, Rumélia Oriental, Bósnia-Herzegovina. Bulgária, Sérvia e Grécia desejam o restante do território turco europeu, formaram aliança, e derrotaram turcos em poucos dias. Bulgária tinha pretensão maior e não houve acordo na divisão do espólio, atacara sérvios e fora derrotada em quinze dias. Áustria-Hungria pretendia apoiar búlgaros, mas Alemanha a desanimou. In: DUROSELLE, Jean Baptiste. *A Europa de 1815 aos nossos dias: vida política e relações internacionais*, p.49-58.

⁸ HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*, p. 36-8.

do período seguinte que, por sua vez, serão decisivos na construção de instrumentos para evitar novos conflitos, formando uma comunidade em torno do ideal de paz.

2.3. O período entre guerras

No período entre guerras, registra-se a ação de alguns homens que dedicaram esforços com vistas a realizar a unificação dos Estados europeus e que impulsionaram o processo. Dentre eles, Richard Coudenhove-Kalergui – Conde de Coudenhove-Kalergui – destacou-se como um dos grandes precursores do processo. Conceptor do *Paneuropeísmo*, acreditando-se ser este o meio apropriado para evitar a penetração dos soviéticos e o domínio econômico dos norte-americanos.

Em 1924, Coudenhove-Kalergui obteve na forma de uma associação apoio para seu ideal, formando a *União Paneuropa*. Para presidir os Conselhos Nacionais da União Paneuropa importantes personalidades políticas e culturais foram chamadas, dentre elas Hjalmar Schacht, Konrad Adenauer, Yvon Delbos, Edouard Herriot, Conde Sforza, Paul Claudel, Paul Valéry, Erich Maria Rilke, Ferrero e Miguel de Unamuno. O presidente de honra do movimento era o político francês Aristides Briand.⁹

Briand foi outra importante personagem. Sob sua tutela, as idéias paneuropeístas alcançaram o *status* de único intento de grande envergadura realizado oficialmente no período entre guerras, com objetivo de unir os países europeus. Em setembro de 1929, explicou seus objetivos paneuropeus à Sociedade das Nações (SDN); em maio de 1930, enviou para os membros da SDN um amplo documento, contendo seu projeto¹⁰. Porém, o agravamento do protecionismo, consequência da Grande Depressão, acrescido da morte do Chanceler alemão Stressemann – entusiasta da proposta da união europeia –, o crescimento do ideal nacional-socialista na Alemanha, além da *guerra subterrânea* promovida pelos britânicos contra a união da Europa continental contribuíram para o insucesso inicial da proposta. Na SDN, contudo, estabeleceu-se um debate em torno do tema, criando um grupo de estudos à temática, sob a direção de Briand. Com a morte deste em 1932, gradualmente os trabalhos do grupo perderam forças, tendo sido encerrados em 1937.

Num cenário mais pragmático, muitos países europeus rumavam à conflagração. A instabilidade no período posterior a Primeira Guerra Mundial marcada pelo colapso generalizado nas relações entre muitos países – vinte anos de crise – criaram um ambiente de hostilidades onde um conflito de grandes proporções parecia sempre presente.¹¹

⁹ TAMAMES, Ramón. *La Unión Europea*, p. 4-5.

¹⁰ Idem, p. 5.

¹¹ De modo contrário, em 10 de dezembro de 1931, Lord Cecil disse à Assembléia da LDN, que dificilmente teria havido um período na história do mundo em que a guerra parecesse tão pouco provável quanto aquele em que viviam. *Apud* CARR, Edward Hallett. *Vinte anos de crise: 1919-1939: Uma introdução ao estudo das relações internacionais*, p. 46.

Tal afirmação é manifestada na invasão da Manchúria pelo Japão, em 1931; da Etiópia pelos Italianos, em 1935; na intervenção alemã e italiana na Guerra Civil espanhola; na invasão alemã da Áustria, no início de 1938, e ocupação da Checoslováquia nos anos de 1938 e 1939; no pacto entre Hitler e Stalin em agosto de 1939; na ocupação da Albânia pela Itália no mesmo período e nas exigências alemãs à Polônia; além das omissões da SDN contra Japão e Itália; a não-reação da França e Inglaterra à denúncia unilateral da Alemanha ao Tratado de Versalhes, principalmente em relação a reocupação da Renânia em 1936; também a não-reação em relação à Guerra Civil Espanhola, e à invasão da Áustria, eram todos fatos que criavam um ambiente de animosidades, tornando explosiva a relação entre os diversos países naquele período.¹²

Provocavam ainda, tais fatos, grande instabilidade, sendo portanto inevitável um acordo para assegurar a não ocorrência da guerra. Estes foram firmados, mas tinham objetivos diversos da paz e eram integrados às estratégias de guerra dos países em eminência belicosa.¹³

Por outro lado, não fora estéril o período entre guerra. O surgimento da união econômica entre Bélgica, Luxemburgo e Países Baixos e o movimento Paneuropeu, constituíam-se em semente de uma idéia que mudaria o Continente europeu para sempre.

2.4. O pós-guerra e a reconstrução da Europa

Até a Segunda Guerra Mundial, a Europa estava condicionada a olhar para além das fronteiras, somente com o fim da hegemonia européia e a emergência de novas potências é que se aposta na integração. Os antigos desejos de unificação conseqüentemente ganharam força, já que as economias estavam destruídas e os despojos de guerra eram disputados entre Estados Unidos e União Soviética.¹⁴

Em setembro de 1946, Churchill, propõe a criação dos *Estados Unidos da Europa*, proposta que teve grande impacto em face do desejo de paz e da necessidade de uma reestruturação econômica.¹⁵

¹² HOBBSAWM. Op. cit., p. 44-45.

¹³ Para Hobsbawm, a expansão imperialista e suas contradições foram às causas históricas subjacentes da Segunda Guerra Mundial, tendo sido a Alemanha e uma determinada classe dirigente alemã apoiando Adolf Hitler que a causou. "Em termos mais simples, a pergunta sobre quem ou o que causou a Segunda Guerra Mundial pode ser respondida em duas palavras: Adolf Hitler". In: HOBBSAWM. Op. cit., p. 43.

¹⁴ THORSTENSEN, Vera. *Comunidade Européia: a construção de uma potência econômica*, p. 31.

¹⁵ "Debemos crear un germen de Estados Unidos en Europa? Por qué no podría existir una agrupación europea, que daría un sentido de patriotismo más grande y de ciudadanía común a los pueblos de este poderoso continente? ¿y por qué esta agrupación no habría de ocupar el lugar que le corresponde entre las demás agrupaciones? CHURCHILL, Winston *apud* TAMAMES. Op. cit., p.7.

Três momentos podem ser notados como decisivos para o processo de origem e institucionalização das Comunidades Europeias: o primeiro, refere-se ao Congresso de Haia de 1948, organizado pelo *Comitê de Coordenação dos Movimentos para Unificação Européia*¹⁶, o segundo a criação do *Conselho Europeu* através do Tratado de Londres de maio de 1949, o terceiro momento, considerado o mais significativo, a declaração do Ministro francês de Assuntos Exteriores, Robert Schuman, em maio de 1950.¹⁷

Os dois primeiros momentos apontados como fundamentais, correspondem à eleição de uma estratégia para a condução do processo de engendramento da primeira das unidades europeias, por intermédio de instituições políticas de ideologias comuns.¹⁸

Ao final do Congresso de Haia adotaram-se diversas resoluções, dentre elas, a proposta para a criação de uma comunidade econômica e política. A constituição de um comitê de estudos da Comunidade Européia foi decidida em face da ressonância que teve o Congresso. Seu primeiro trabalho foi analisar as propostas de organização de uma *Assembleia Parlamentar Européia* - franco-belga - ou de um *Conselho Intergovernamental de Ministros Europeus* - inglesa.¹⁹

O Conselho da Europa era formado por um Comitê de Ministros e uma Assembleia consultiva. Os britânicos eram contrários a outorga de efetivos poderes para o Conselho, contudo, não era o único problema já que carecia de funções específicas.²⁰

Os projetos políticos da unificação européia do período anterior a Segunda Guerra Mundial bem como o Conselho da Europa resultaram em fracassos e frustrações, o que não ocorreu com os projetos de cooperação construídos sob uma ótica econômica. A Declaração de Schuman - como ficou conhecida - também apontada como elemento importante, inovou ao elencar um norte inicial sobre o qual a unidade deveria ocorrer, qual seja, a integração econômica e o estabelecimento de bases comuns de desenvolvimento econômico. Foi além ao demonstrar que somente em função de realizações concretas poderia haver avanços, sendo que a superação da rivalidade entre França e Alemanha deveria ter início imediatamente.²¹

¹⁶ Tratava-se de uma associação de europeístas formada pelas *United Europe Movement, European Union of Federalists, Liga Europea de Cooperación Económica*, posteriormente a associação passou a chamar-se "Movimento Europeu", mesmo movimento responsável pelas importantes conferências de Westminster. Idem, *Ibidem*.

¹⁷ HONRUBIA, Victoria Abellán. In: HONRUBIA, Victoria Abellán. COSTA, Blanca Vilà (org.) *Lecciones de Derecho Comunitario Europeo*, p. 14.

¹⁸ Congresso de Haia apontava à fórmula da união ou federação dos Estados europeus, enquanto o Conselho da Europa surgia como uma organização internacional de cooperação política entre os Estados, ideologicamente o Conselho da Europa firmava em seu preâmbulo "o respeito aos valores espirituais e morais comuns aos povos que são a origem dos princípios da liberdade individual, da liberdade política e da preeminência do direito, sobre os quais se funda a democracia". Idem, p-14-5.

¹⁹ TAMAMES. Op. cit., p. 7-8.

²⁰ Idem, *ibidem*.

²¹ HONRUBIA. Op. cit. p. 14-5.

2.5. O Plano Marshall

Versalhes não obteve méritos ao deslocar seus objetivos à humilhação dos derrotados; a retribuição imposta aos perdedores da Primeira Guerra Mundial conduziu a Alemanha ao nacionalismo socialista e ao sentimento revanchista.

As instituições Bretton Woods, de modo contrário, representavam uma alternativa as tradicionais compensações de guerra, já que teoricamente, fundadas com o objetivo de reconstruir a economia do pós-guerra. Com tal intento, surge no pós-guerra o Plano Marshall que abriu caminho para a rápida reconstrução da Europa, onde o Estados Unidos incentivava a reconciliação e o compromisso com a integração econômica²²; mesmo não integrando “[p]arte do planejamento econômico do pós-guerra, mas que veio a ser implementado tanto por razões econômicas, como pela urgência política representada pela ameaça comunista em diversos países do continente europeu.”²³

Os norte-americanos sensivelmente preocupados como o avanço soviético iniciaram seu plano de contenção como base na Doutrina Truman e no Plano Marshall. Os soviéticos em contrapartida montaram um sistema de cooperação econômica conhecido como Plano Molotov. Dentre as condições exigidas pelos administradores do Plano Marshall estava o estabelecimento de um programa conjunto de reconstrução, que deveria ser estabelecido no âmbito do Comitê de Cooperação Econômica Européia. Este comitê de modo eficaz elaborou estudos demonstrando que união alfandegária poderia contribuir para prosperidade da Europa. Do comitê surge em 1948 a *Organização Européia de Cooperação Econômica* (OECE), que serviu de base para o surgimento da OCDE.²⁴

A solução encontrada foi inegavelmente perspicaz, ao final da Segunda Guerra Mundial havia restado muito pouco em termos econômicos, toda estrutura da economia européia estava destruída. A ausência de recursos materiais bem como de recursos financeiros, os compromissos monetários significativos assumidos com os norte-americanos no curso da guerra, acrescidos das reparações devidas pelos perdedores, criavam

²² “The Marshall Plan paved the way for a rapid rebuilding of Europe, where the United States encouraged reconciliation and a commitment to economic integration”. AMIN. Op. cit., p. 26.

²³ ALMEIDA. Op. cit., p. 55.

²⁴ Idem, p. 55-7.

um ambiente de fragilidade onde os países dependiam do auxílio externo para reconstruir suas economias.

A ajuda poderia ser obtida ou dos norte-americanos ou dos soviéticos, os países da Europa Ocidental optaram pelo auxílio dos primeiros, enquanto os do Leste Europeu “optaram” pela ajuda soviética. A opção pela ajuda norte-americana foi fundamental para construção das Comunidades Europeias, não sendo outra a conclusão de Jean Monnet.²⁵

2.6. *A experiência BENELUX e os momentos posteriores*

Desde 1922, Bélgica e Luxemburgo mantinham uma união alfandegária. Ao final da Segunda Guerra Mundial os Países Baixos somaram-se a Bélgica e Luxemburgo. Em janeiro de 1948, a Convenção BENELUX estabeleceu a entrada em vigor de uma União Aduaneira entre Bélgica, Luxemburgo e Países Baixos. Estes países pretendiam criar um território econômico com livre circulação de bens, serviços, capitais e pessoas, eliminando qualquer discriminação entre produtos e produtores nacionais respectivos, instaurando uma política econômica e uma política externa comum, dentre outras ações²⁶. Lembra Oliveira que a Convenção BENELUX estabelecia quatro etapas evolutivas até “[a] supressão das restrições do comércio, o estabelecimento de tarifas comuns e a paulatina liberação da mobilidade de fatores de produção, contemplando a formação de uma união econômica, objetivo difícil de atingir, o que motivou os países-membros do BENELUX procederem negociações junto ao Tratado de constituição da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA)”.²⁷

Com os resultados positivos alcançados em pouco tempo, e o aumento significativo no comércio intra-BENELUX, os países-membros consideravam cumpridas grande parte das pretensões do acordo. Tendo a experiência servido como extrato para os ulteriores processos de integração conduzidos no âmbito europeu.

²⁵ Desde el Plan Marshall y el Plan Schuman, el apoyo americano para la unión de Europa, jamás ha disminuído. Puedo testimoniar aquí mi propia experiencia de que este apoyo ha sido el más grande valor en la acción que nos ha conducido al punto a que hemos llegado en la unificación de Europa. Por primera vez en la Historia, el país más poderoso del mundo ha ayudado a otros a unirse, en lugar de seguir la vieja máxima de *divide y vencerás*. MONNET, Jean. *Europe-Amérique, relations de partenaires nécessaires à la paix*. Apud. TAMAMES. Op. cit., p. 12.

²⁶ ALMEIDA. Op. cit., p. 57.

²⁷ OLIVEIRA. *União Europeia: processos de integração e mutação*, p. 85-6.

Neste contexto surgiu a idéia de integrar a produção franco-alemã de carvão e o aço, o que acabou resultando no Tratado de Paris de 1951, e conseqüentemente na Comunidade Européia do Carvão e do Aço (CECA)²⁸, celebrado entre Alemanha, França, Itália, Bélgica, Luxemburgo e Países Baixos, objetivava uma melhora no nível de vida dos membros, por intermédio da criação de um mercado comum, e com a eliminação de restrições ao comércio do carvão e do aço, superando as práticas discriminatórias, representava o nascimento da Comunidade Européia.²⁹

Em 1955, os representantes dos países membros da CECA, reunidos na cidade de Mesina discutiram a possibilidade de ampliar a experiência obtida no setor econômico do carvão e aço para o setor de energia nuclear, e para as demais atividades econômicas.

Os momentos posteriores foram desencadeados de forma sucessiva, tendo sido criadas pelos Tratados de Roma de 1957, a Comunidade Econômica Européia (CEE) e a Européia de Energia Atômica (CEEA), nascidas da ausência de acordo em relação à Comunidade Européia de Defesa (CED) proposta em 1952 – inspirada na situação política militar do período – e do Relatório Sppak³⁰. Ainda, os tratados posteriores que ampliam a abrangência dos *Tratados Marcos*, são o Tratado de Fusão dos Executivos de 1965, o Tratado Ato Único Europeu de 1986, o de Tratado de Maastricht de 1992 e o de Amsterdam de 1997.³¹

Gradualmente, cada um desses tratados vai tornando mais amplos os objetivos da União Européia. O grau de complexidade das decisões e das suas interdependências apontam para um difícil retrocesso.

De qualquer maneira, apesar das grandes dificuldades enfrentadas pelas Comunidades Européias, os cronogramas e as metas têm sido alcançados a cada novo desafio de forma surpreendente, suscitando o questionamento sobre as diferenças com os demais processos de ação concertada, e o motivador dos descompassos entre os graus do coeficiente de integração.³²

²⁸ Na ótica de Amin, a CECA, bem como outras instituições desenvolvimentistas européias, decorriam do interesse estratégico norte-americano. *The Marshall Plan paved the way for a rapid rebuilding of Europe, where the United States encouraged reconciliation and a commitment to economic integration. The Organization for European Economic Cooperation was created, which became the Organization for Economic Cooperation and Development(OECD) in 1961; it was followed by the Council of Europe in 1949, the European Coal and Steel Community(ECSC) in 1951, and the Treaty of Rome in 1957. These bodies were not conceived to build a Europe able to compete with the United States and achieve autonomy; but to create a subsystem of an open worldwide system necessary for U.S hegemony. In: AMIN, Samir. Re-reading the postwar period: an intellectual itinerary*, p.26.

²⁹ OLIVEIRA. *União Européia: processos de integração e mutação*, p. 93-5.

³⁰ EUROPA. Op. cit., p. 10-8.

³¹ OLIVEIRA. *União Européia: processos de integração e mutação*, p. 83.

³² O coeficiente de integração diz respeito à troca comercial entre os países que formam um bloco como a percentagem do comércio total que realiza este bloco. *In: BIEBER, León E. Paralelos e diferenças na conformação de blocos de integração regional na Europa e na América Latina. PIÁ, Juan Algorta (org). O Mercosul e a Comunidade Européia: uma abordagem comparativa*, p. 26.

3. Mercosul: antecedentes históricos e integração

A temática aqui proposta, pode ser apresentada, dentro de dois enfoques.³³ O primeiro, partindo de elaboração única e exclusiva das relações de rivalidade entre Argentina e Brasil, já que sem dúvidas, suas relações são o germe para o desenvolvimento de um pretenso mercado comum do sul. A segunda, firma-se no marco principal da figura de Simón Bolívar e de seus ideais, quiçá em alguns elementos anteriores do desejo de integração dos países americanos. Deste modo, cuidando de uma maneira mais generalizada do tema Mercosul, parte-se de um enfoque centrado na evolução temporal das tentativas de formar uma integração latino-americana.

Mesmo, incorrendo-se na possibilidade de tornar a análise lacunosa, necessária se faz, a opção por uma abordagem mais ampla, fazendo alusão as duas frentes, por estabelecerem um melhor entendimento, sobre a trajetória da formação de blocos regionais de integração da América Latina.

3.1. Incidentes da integração latino americana

Como antecedentes da independência hispano-americana são geralmente apontados os ideais liberais do século XVIII, a independência dos Estados Unidos, a Revolução Francesa e a tomada da península ibérica por Napoleão. O desejo de liberdade na América hispânica foi pensado como resultado da união dos diversos núcleos de colonização espanhola. A irmandade lingüística e cultural contribuía à formação de espaços comuns de reivindicações, ainda, o fato de serem todos expropriados pelo mesmo senhorio tinha efeito semelhante.

No período que antecedeu o Congresso do Panamá de 1826 – marco inicial do desejo latino americano de construir uma liberdade concertada contra os grilhões das metrópoles – alguns expoentes manifestavam suas teorias sobre o assunto, ocasionalmente estas idéias estavam ligadas à própria vontade da Coroa. O ideal da formação de uma união americana do ponto de vista de sua existência não é tão recente, foi pela primeira vez

³³ Outro antecedente ainda mais remoto é relatado por Galvez, que lembra que os povos indígenas não conheciam fronteiras, e que auxiliados pelos jesuítas, integraram toda a Bacia do Prata, realizando uma integração cultural e econômica em períodos remotos. GALVEZ, Lúcia. Las misiones jesuíticas entre los guaraníes: primer intento de integración regional. *Apud*. JAEGER JUNIOR, Augusto. *Mercosul e a livre circulação de pessoas*. Florianópolis, 1999. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina, p.1-2.

explicitado em 1791 pelo venezuelano Francisco Miranda. Este desejava estruturar um país continental, que abarcaria toda a América Latina e Central até o Mississipi, ou do Mississipi até a Patagônia, chamaria Colômbia.³⁴

Em 1810, Pedro Vicente de Cañete propusera um sistema federativo continental na forma de uma regência soberana, composta por quatro vice-reinados em representação a Dom Fernando VII. No mesmo ano, o peruano Juan Eganã anunciava a necessidade de unir os povos de origem espanhola. Ambos defendiam interesses da coroa hispânica, como também o fazia o argentino Juan Martínez de Rozas.³⁵

Ainda em 1810, o Chile publica a *Declaração do Povo Chileno*, onde considerava fundamental a união dos povos latinos com objetivo de defenderem suas soberanias.³⁶

Mariano Moreno, opositor das idéias até então apresentadas, desejava a desvinculação dos países latinos das monarquias europeias. Tratava-se de um período conturbado em que os países latinos permaneciam lutando por suas independências.³⁷

Certamente que a figura mais forte dentro da história independentista latino-americana seja a de Simón Bolívar. Trata-se de uma figura enigmática, mito que ultrapassou o homem. Os inúmeros documentos arquivados de seu punho demonstram que Bolívar guardava as qualidades de político perspicaz e progressista, estrategista bem informado e astuto, enciclopedista e literato.³⁸

³⁴ ARNAUD, Vicente Guillermo. *Mercosur - Unión Europea, Nafta y los procesos de integración regional*. p. 30-9.

³⁵ Idem, *ibidem*.

³⁶ Trecho da "Declaração do Povo Chileno": *El día en que la América reunida en un Congreso se de los dos continentes, sea sólo de Sud, hablará al resto de la Tierra, su voz se hará respetar y sus resoluciones serán difícilmente contradichas*. Idem, p. 37-8.

³⁷ Idem, p. 30-9.

³⁸ *No es que haya dos Congresos. ¿Cómo fomentarán el cisma los que más conocen la necesidad de la unión? Lo que queremos es que esa unión sea efectiva, para animarnos a la gloriosa empresa de nuestra libertad. Unámonos para reposar y dormir en los brazos de la apatía, ayer fue mengua, hoy es una traición. Se discute en el Congreso nacional lo que debiera estar decidido. Y, ¿qué dicen? Que deberíamos empezar por una Confederación: ¿como si todos no estuviésemos confederados contra la tiranía extranjera! Que debemos esperar los resultados de la política de España: ¿qué nos importa que España venda a Bonaparte sus esclavos, o que los conserve, si estamos resueltos a ser libres? Esas dudas son triste efecto de las antiguas cadenas. ¡Que los grandes proyectos deben prepararse con calma! Trescientos años de calma, ¿no bastan? ¿Se quieren otros trescientos todavía? La Junta Patriótica respeta, como debe, el Congreso de la nación; pero el Congreso debe oír a la Junta Patriótica, centro de luces y de todos los intereses revolucionarios. Pongamos sin temor la piedra fundamental de la libertad sudamericana. Vacilar es perdernos. Propongo que una comisión del seno de este cuerpo lleve el soberano Congreso estos sentimientos*. BOLÍVAR, Simón. Discurso proferido junta à Sociedad Patriótica de Caracas em 3 de Junho de 1811. In: Mondolfi, Edgardo (comp.). Bolívar, Ideas de un Espiritu Visionario. *Apud* <http://wekker.seagull.net/discursos.html>; onde também, podem ser obtidas informações sobre pensamentos, cronologia, árvore genealógica, biografias, discursos, proclamas e escritos de Bolívar.

Bernardo Monteagudo, outro libertário, produziu em 1824, o *Ensaio sobre uma Confederação Continental*, onde afirmava que a independência seria o primeiro interesse do Novo Mundo, assinalando o perigo que representava o Gabinete Imperial no Rio de Janeiro, servindo à Santa Aliança.³⁹

3.2. *Simón Bolívar e o Congresso do Panamá*

Em setembro de 1815, Simón Bolívar redigiu a *Carta da Jamaica*. Representava manuscrito importante, que pretendia delimitar o caminho para as Américas. Nela estavam contidos os desejos e as dificuldades da integração da América Hispânica.⁴⁰

O importante documento não pretendia a unidade política-institucional, mas a agregação de diversas unidades administrativas. Aproximando-se bastante do sistema confederativo, e integrado por órgãos de consultas para política externa comum e para a interpretação dos tratados assinados, além de um juízo conciliador e arbítrio, e de órgãos responsáveis pela administração e controle de uma força armada confederada.

Bolívar comungava do pensamento político liberal, idealizava um modelo federalista superior ao Estado nacional centralizado⁴¹. Contudo, considerava que a tarefa proposta era realisticamente difícil, porém, já fixara diretrizes principais para uma organização que por ventura viesse a ser criada. Assim, a *Carta da Jamaica* não pregava a unidade política institucional da América ibérica, mas indica a agregação de diversas unidades administrativas como caminho para obter a liberdade junto à metrópole.⁴²

³⁹ Santa Aliança era formada por Rússia, Áustria, Prússia, França, fundamentava-se no Protocolo de Troppau de 1820, visava defender interesses monárquicos e absolutistas, apoiando medidas contrárias as revoluções liberais em qualquer parte do território europeu. ARNAUD. Op. cit., p. 30-9.

⁴⁰ Em seu trecho inicial: *Eu desejo, mais do que qualquer outro, ver formar-se na América a maior nação do mundo, menos por sua extensão e riqueza do que pela sua liberdade e glória. Ainda que aspire à perfeição do governo de minha pátria, não posso persuadir-me de que o Novo Mundo seja, no momento, regido por uma grande república; como é impossível, não me atrevo a desejá-la e menos ainda uma monarquia universal da América, porque este projeto, sem ser útil, é também impossível. Os abusos que atualmente existem não reformariam e nossa regeneração seria infrutífera. Os Estados americanos têm necessidade dos cuidados de governos paternos que curem as chagas e feridas do despotismo da guerra (...)*. BELLOTO, apud SANTOS, Ricardo Soares Stersi dos. *MERCOSUL e arbitragem internacional comercial: aspectos gerais e algumas possibilidades*, p. 19.

⁴¹ *Nadie, quizás, avizó con más profundidad e insistencia que el Libertador Simón Bolívar la necesidad de formar en nuestro continente una gran "Nación de Repúblicas" y los peligros de no lograrlo.* VACCHINO, Juan Mario. Esquemas latinoamericanos de integración: problemas y desarrollos. In. *Pensamiento Iberoamericano*, p. 57.

⁴² SANTOS. Op. cit. p. 23-5

Em 1826, Bolívar planejava e estruturara o *Congresso do Panamá*. Pretendia com este evento demonstrar e convencer os povos ibero-americanos constituídos por governos livres e Estados independentes, da necessidade de unirem forças para lutar contra inimigos comuns. Os países tinham problemas internos e haviam sido abandonados por outras nações, somente restava a convergência.⁴³

Vinha Bolívar manifestando sua vontade para uma América Hispânica em diversas cartas enviadas ao General Santander, e no texto *Um Pensamento sobre o Congresso do Panamá*. O Libertador idealizava essa comunidade de Estados assentada sobre normas comuns universais, devidamente codificadas, garantidoras dos princípios da liberdade e autodeterminação dos povos, da igualdade e equilíbrio dos Estados e do poder de inserção desta Comunidade nas decisões a serem adotadas pela Sociedade Internacional.⁴⁴

Desejava dessa forma, Bolívar, a Inglaterra integrada à confederação, com intuito de garantir a segurança internacional; em troca, sinalizava para a possibilidade da constituição de uma zona de livre comércio entre os Estados-Membros. Tal situação representava uma contraposição à *Santa Aliança* e à *Doutrina Monroe*⁴⁵.

Lembra Ricardo Stersi que, da gestão diplomática do congresso, ficou encarregado o General Santander⁴⁶, contrário a qualquer organização capaz de antagonizar com as forças regionais. Não querendo opor-se abertamente a Bolívar e ao ideal do Congresso, optou por fazer desse Congresso uma miscelânea de interesses diversos. Convidou todos os países, nações, independentemente da inclinação política, assim impediria a formação de uma confederação.⁴⁷

A negociação dos conflitos e a manutenção da paz, objetivos do Congresso perderam-se com a grande Colômbia dividida em quatro países, e todas as demais fragmentações na América Central, além da Guerra do Paraguai, e dos EUA contra o México.⁴⁸

⁴³ Idem, *ibidem*.

⁴⁴ Idem, p. 26.

⁴⁵ Para Chomski, a *Doutrina Monroe* representava uma simples tentativa do governo norte-americano de afastar em definitivo a Inglaterra das Américas, é o que se depreende da observação do texto *O Maior Prêmio da História*, na parte intitulada: *Atualizando a Doutrina Monroe*, onde o autor analisa a tomada de poder em definitivo por parte das companhias petrolíferas norte-americanas na península arábica e a relegação dos britânicos a um papel secundário. CHOMSKY, Noam. *Novas e velhas ordens mundiais*, p. 237-40.

⁴⁶ Presidente de Nova Granada atual Colômbia, formada por Nova Granada, Venezuela, Equador e Panamá.

⁴⁷ SANTOS. Op cit., p. 26-8.

⁴⁸ SEITENFUS, Ricardo. Manual das organizações internacionais, p. 30-5.

3.3. *Novas tratativas, congressos e acordos posteriores*

O México nos anos de 1831, 1838, 1839 e 1840, passou a convocar os participantes do Congresso do Panamá para novos congressos, mas nenhum deles se realizou. Entre 1847 e 1848, ocorreu o Segundo Congresso de Lima. Ali se reuniram os países convidados, contudo sem ratificações posteriores dos acordos, tendo sido criada a *Confederação dos Estados*. No Chile, em 1856, foi assinado um *Tratado de Aliança e Assistência Recíproca* entre Chile, Equador e Peru. A Monarquia brasileira continuava antagonizando os esforços americanos.⁴⁹

No mesmo ano em Washington foi assinado o *Tratado de Aliança e Confederação*. Novamente em Lima, 1865, nova fase começa a ser delineada - abandono das idéias confederativas de Bolívar - com o papel fundamental desempenhado pelo argentino Alberdi, e preocupações centradas no comércio, transporte, comunicação e defesa. Nenhum dos pactos e ou tratados anteriores foi ratificado.^{50 51}

3.4. *O Pan-americanismo*

Conforme as observações de Stersi, o fim da ameaça dos colonizadores instala uma nova fase para a América Latina. Os projetos de união política cedem lugar para as relações intergovernamentais⁵². Em Washington, no ano de 1889, foi instalada a *I Conferência Internacional dos Estados Americanos*. A ausência das ratificações necessárias transforma a Conferência num fracasso, mas a criação de um escritório permanente para oportunidades comerciais constituía-se numa vitória. Seguiram-se a *I Conferência Internacional*, as Conferências do México em 1901, Rio de Janeiro em 1903, Buenos Aires 1910, quando o escritório comercial permanente transformou-se em *União Panamericana*.

⁴⁹ Idem, *ibidem*.

⁵⁰ SANTOS, p. 31-3.

⁵¹ Peter Nehemkis Jr., em sua obra, *Latin América: Myth and Reality*, editada em 1964, assim apresentava o problema da união latino americana: "América Latina, de no comezar a pensar y actuar como potencia continental, no tendrá futuro en el escenario mundial. En el mundo contemporáneo, formado por bloques económicos y de poder, no hay lugar para anacronismo político de las soberanías del café, el estaño, la banana, y el azúcar. América Latina está ansiosa de ser respetada. Pero, ¿qué respeto puede haber para una estructura política balcanizada y dividida por rivalidades menores y rencillas, apenas controlables, que prefiere argumentaciones domésticas a soluciones continentales?" Apud, GAY, Gaston de Prat. *Política Internacional del grupo latinoamericano*. Buenos Aires: Abeledo-Perrot, 1967. p.16.

⁵² SANTOS, p. 33-4.

Com a eclosão da Primeira Guerra Mundial as reuniões são interrompidas. Após 1919, *Woodrow Wilson* propõe um *pacto nas Américas*, semelhante ao que criara a Liga das Nações. Seguiram-se ainda as reuniões de Santiago, em 1923, Havana em 1928, Montevideú, em 1933, e Lima, em 1938. Neste período, não havia nenhuma disposição dos países americanos encaminharem uma integração de qualquer natureza. Ademais, as diversas e crescentes propostas de integração política não logravam qualquer resultado concreto, apenas representavam um esforço diplomático de aproximação entres os Estados do Continente americano.

3.5. Organismos, tratados e associações: elementos recentes da integração latino-americana

No período posterior a Segunda Guerra Mundial, começaram a surgir novas vertentes interessadas de fato numa integração, não mais do tipo política, mas que pudesse implementar o desenvolvimento econômico entre os países americanos, principalmente entre os Estados latinos.

Em 1948, ocorre a Conferência de Bogotá, como a finalidade de promover a solidariedade americana, assegurar a soberania e a cooperação econômica entre os Estados, criara Organização dos Estados Americanos (OEA). Em 1957, realizou-se a Conferência Econômica da OEA, na cidade de Buenos Aires, fundamentada nos estudos da Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina e Caribe (CEPAL) – nasceu junto com a Comissão Econômica para a Europa das Nações Unidas –, que introduziu o conceito de cooperação regional nos anos cinquenta, baseado num sistema de preferências comerciais como forma de acelerar o desenvolvimento econômico. Os estudos realizados pela CEPAL constataram inúmeros problemas, dentre eles, a realização de comércio com países desenvolvidos em detrimento da realização de comércio com países fronteiriços. Raul Prebisch, no ambiente CEPAL, defendia a criação de um mercado regional sul-americano, como forma de acelerar o processo de industrialização, situação almejada pela maioria dos governos latino-americanos.⁵³

Lembra Oliveira, que até o início do século XX, o pensamento dos cientistas sociais, na América do Sul, era marcado por teorias estrangeiras, que não possibilitavam a busca de respostas adequadas aos problemas locais. A teoria da dependência ousou ao romper com os conceitos

⁵³ ALMEIDA. Op. cit., p. 63-7.

estruturais e paradigmas externos, trazendo a lume elementos estruturais ignorados pelos cientistas sociais europeus e norte-americanos. Uma das correntes dependentistas é representada por cientistas sociais ligados à CEPAL⁵⁴

As inovações sugeridas resultaram no Tratado de Montevidéu de 1960, que criou a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), objetivando a criação de uma Zona de livre comércio e num futuro mais distante um Mercado Comum, assim eliminando barreiras comerciais, promovendo um melhor aproveitamento dos bens produzidos pelos integrantes do Tratado, estimulando as trocas entre os integrantes do bloco. Alguns dos instrumentos utilizados para a liberalização comercial eram as listas nacionais de concessão, negociadas a cada ano; as listas comuns reestruturadas a cada período de três anos e os acordos de complementação, firmados bilateralmente entre os integrantes da ALALC, com a possibilidade de estender as vantagens a terceiros integrados ao pacto. O Tratado era ambicioso e pouco flexível, tendo sido prejudicado pelos governos ditatoriais. A estagnação deu origem a um subgrupo andino que formando as bases da *Ata de Barahona em 1991*, o Pacto Andino, posteriormente Comunidade Andina.⁵⁵

Em 1969, na cidade de Brasília, é assinado o Tratado da Bacia do Prata – Argentina, Brasil, Bolívia, Paraguai e Uruguai – para aproveitamento conjunto dos recursos naturais da região⁵⁶. Em 1975, no Panamá é criado o Sistema Econômico Latino-americano (SELA) de cooperação intra-regional.

No ano de 1980, em Montevidéu, é criada a Associação Latino-Americana de Integração (ALADI). Com o retorno de governos civis e da democracia, o Continente iniciou de fato sua integração; a ALADI tinha como objetivo o estabelecimento gradual e progressivo de um mercado comum⁵⁷. Enquanto o escopo principal da ALALC era a eliminação, até 1980, de grande parte das restrições comerciais existentes entre os membros, a ALADI pretendia, além de um mercado comum regional, o desenvolvimento do comércio intra-regional, promovendo a regulamentação do comércio recíproco, através de acordos bilaterais, de complementação econômica e de um estabelecimento gradual de um mercado comum latino-americano. Assim, apresentava uma relativa flexibilidade e um propósito específico que era o de compatibilizar os acordos bilaterais com o novo acordo. Não

⁵⁴ OLIVEIRA, Odete Maria de. Paradigma da Dependência. In: BEDIN, Gilmar Antonio et. al. *Paradigmas das relações internacionais: idealismo, realismo, dependência, interdependência*. p. 163-4.

⁵⁵ SOARES, Esther Bueno. *Mercosul: desenvolvimento histórico*, p. 15-40.

⁵⁶ Idem, *ibidem*.

⁵⁷ Idem, *ibidem*.

se pode olvidar de um elemento importante nesta observação, que se refere à conjuntura recessiva da década perdida para os grandes pivôs do desenvolvimento latino-americano: Argentina, Brasil e México. As crises cambiais, financeiras, monetárias não permitiam uma tranquilidade que possibilitasse a liberalização do comércio regional e assim uma autêntica integração.

3.6. A integração do Cone-sul: grandes dificuldades a vencer

Não restam dúvidas sobre a importância da superação ou ao menos da minimização, das diferenças entre Brasil e Argentina no contexto das relações internacionais, para integração ou formação de um bloco regional na América do Sul. A ausência de qualquer dos dois países, representa um demérito para qualquer associação regional local. Ambos possuíam e possuem significativa importância dentro do contexto americano, tanto no que tange a aspectos econômicos, políticos e estratégicos.

As relações Brasil e Argentina⁵⁸ sempre se mantiveram em compasso cauteloso, ambos temiam que o outro assumisse uma posição hegemônica na América do Sul. A interdependência, conforme assinalou Bandeira, era tão forte que acabava por inibir os conflitos, quaisquer que fossem as causas, compelindo-os em meio a tensões e desconfianças, a empreenderem, periodicamente, esforços comuns para o entendimento e a cooperação.⁵⁹

Certamente, que um dos elementos importantes na integração Brasil-Argentina decorre da superação da rivalidade estratégico-militar em relação à questão nuclear. Apesar do relativo fracasso do Programa Nuclear Civil brasileiro, o Programa Paralelo - conduzido pelos militares - demonstrou inovações que indicavam que “[s]ecretamente as Forças Armadas iam percorrendo todos os degraus” para consecução de um artefato nuclear, prostrando os militares argentinos. Estes, contudo, investiram grande numerário no desenvolvimento e pesquisa nuclear, ao final de 1983, obtiveram condições tecnológicas para o enriquecimento do urânio, e tornaram-se também, capazes de fabricar o artefato nuclear.⁶⁰

⁵⁸ Para uma exaustiva e completa abordagem das relações entre Brasil e Argentina ver: BANDEIRA, Moniz. *O eixo Argentina-Brasil: o processo de integração da América Latina*.

⁵⁹ BANDEIRA, Moniz. *Estado nacional e política internacional na América Latina: o continente nas relações Argentina - Brasil (1930-1992)*, p. 26.

⁶⁰ OLIVEIRA, Odete Maria de. A integração bilateral Brasil-Argentina: tecnologia nuclear e Mercosul. In: *Revista Brasileira de Política Internacional*, p. 5-12.

A superação da rivalidade iniciou de modo informal, com aproximação dos cientistas argentinos e brasileiros, por intermédio de convites enviados aos pesquisadores e não às instituições. Nos anos setenta algumas personalidades já esboçavam idéias com o intuito de unir os dois programas atômicos, evitando a corrida armamentista. Porém, somente nos anos oitenta o *Acordo de Cooperação para o Desenvolvimento e Aplicação dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear* é firmado⁶¹; sendo este um passo posterior, de um estudo que aferiu as características de cada um dos programas.⁶²

Não se olvide ainda, do sistema hidrográfico da bacia do Prata, que constitui-se em elemento importante dentro do processo de integração regional dos países sul americanos. Este importante sistema fluvial que toca os territórios, argentino, boliviano, brasileiro, paraguaio e uruguaio, por ocasião da construção da barragem de Itaipu, ilustrou as diversas matizes de interesses envolvidos na exploração das águas do rio Paraná.

Caubet relata que entre a decisão brasileira de construir uma barragem no rio Paraná – início do ano de 1960 – e o acordo final que possibilitava a realização do intento – acordo tripartite de 1979, entre a Argentina, o Brasil e o Paraguai –, decorrem mais de dezenove anos⁶³. Ante ao abandono da posição pendular do Paraguai – característica das relações internacionais daquele país, em relação Brasil e Argentina – e a tendência para apoiar o Brasil no caso Itaipu⁶⁴, as discussões ficaram polarizadas entre o eixo Brasília-Buenos Aires, que ultrapassaram o limite da competitividade e rivalidade para o nível de confrontação e crise.⁶⁵

Lembra Oliveira, que somente a restauração dos regimes democráticos possibilitou a assinatura da *Declaração de Iguazú*⁶⁶ que representou um marco histórico, originando a assinatura de vários instrumentos de cooperação econômica, como são a *Ata para Integração Brasileiro-Argentina*⁶⁷, que institui o *Programa de Cooperação Econômica* (PICE); o

⁶¹ Oliveira arrola mais de 26 documentos – tratados, acordos, protocolos, declarações, convênios – assinados de 1980 a 1992, referentes a questão nuclear entre Argentina e Brasil. OLIVEIRA, Odete Maria de. *A integração nuclear Brasil-Argentina: uma estratégia compartilhada*, p. 176-180.

⁶² Idem, p. 124.

⁶³ CAUBET, Christian Guy. *As grandes manobras de Itaipu: energia, diplomacia e direito na Bacia do Prata*, p. 15.

⁶⁴ Idem, p. 138-41.

⁶⁵ Idem, p. 115.

⁶⁶ Tinha dois objetivos: “[c]riar um Grupo de Trabalho Conjunto de alto nível presidido pelos Ministros de Relações Exteriores dos dois países, e firmar os compromissos de cooperação nuclear pacífica”. OLIVEIRA. A integração bilateral Brasil-Argentina: tecnologia nuclear e Mercosul. In: *Revista Brasileira de Política Internacional*, p.14.

⁶⁷ Objetivava criar um espaço econômico comum, com a abertura gradual e seletiva dos mercados nacionais dos membros, promovendo o estímulo à complementação econômica de setores da econômica de Brasil e Argentina.

Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento de 1988⁶⁸; além do *Estatuto das Empresas Binacionais Brasileiro-Argentinas* de 1990, e do *Acordo de Complementação Econômica-ACE-14* que regulou as relações econômicas sociais entre Brasil e Argentina de 1991/1994.

Ainda, o *Tratado de Assunção* de 1991, visando a constituição do *Mercado Comum do Cone Sul*, seguido do *Protocolo de Brasília* de 1991, da *Carta de Canela* de 1992, do *Cronograma de Las Leñas* de 1992, e do *Protocolo de Ouro Preto* de 1994, dentre outros.⁶⁹

No ambiente latino-americano são criados a Comunidade do Caribe (CARICOM) em 1989; o Mercado Comum Centro Americano (MCCA) e o Plano de Ação Econômico da América Central (PAECA) de 1990 que reúne Panamá, Costa Rica, Honduras, Guatemala, El Salvador, Nicarágua; e o Grupo Andino de 1991, que possui uma zona de livre comércio desde 1992, formado por Peru, Colômbia, Equador, Bolívia, e Venezuela.⁷⁰

A Iniciativa para as Américas (IPA) assinado em Washington em 1991 - *Tratado Jardim das Rosas ou 4+1* -, de iniciativa do Presidente Bush, pretende uma zona de livre comércio do Alaska à Terra do Fogo conhecida como *Área Hemisférica de Livre Comércio* (AHLC); em 1992, o *North American Free Trade Agreement* (NAFTA), com pretensões de estender seu poder por todo o continente.⁷¹

Todos as datas e eventos arrolados são elementos considerados como manifestações da vontade de realizar uma integração latina. Apesar de transparecerem uma ausência de compromisso ou uma falta de credibilidade nos próprios fins de uma integração, são as bases históricas que vão constituir o objetivo futuro de uma América Latina unida.

4. Elementos distintivos

Afirmar que há uma só grande diferença entre os processos europeus de regionalização e os processos latino-americanos é incorrer em equívoco, já que muitos são os fatores que impulsionaram a formação dos dois blocos.

⁶⁸ Era a manifestação do desejo de constituir, no prazo máximo de 10 anos, um espaço econômico comum, por meio da liberalização integral do intercâmbio recíproco, para tanto celebraram 24 protocolos específicos, em diversas áreas.

⁶⁹ SOARES, p. 15-40.

⁷⁰ Idem, Ibidem.

⁷¹ Idem, Ibidem.

Porém, é inegável a existência de algumas diferenças nodais entre ambos os processos que, em última análise, influenciam todas as posturas adotadas por estes e aqueles países. A primeiras destas diferenças centra-se no fato de que na formação do bloco europeu, o elemento político era mais significativo ou tão significativo quanto o elemento econômico. Na América Latina, de modo contrário, o elemento político nunca foi mais vigoroso que o econômico para fins de integração entre países.

Em resumo, pode-se dizer que, enquanto o processo de constituição das Comunidades Europeias esteve particularmente centrado ou condicionado por elementos de natureza política, o desencadeamento da integração latino-americana foi, “[a]o nível teórico, produto do questionamento da teoria clássica do comércio entre os países industrializados e os países produtores de matérias-primas; e foi ao nível prático imediato, produto dos efeitos negativos que o comércio internacional teve a partir dos anos 50 para as economias da região”.⁷²

O desenvolvimento da cooperação regional no passado recente da América Latina estava ligado a reestruturação das relações econômicas internacionais. O pronunciamento a partir de posições conjuntas no âmbito da CEPAL, o papel determinante na criação da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), além das propostas dos países latino-americanos à elaboração de uma *carta dos direitos econômicos* e um *código de conduta transnacional*, deixavam transparecer tal entendimento.

De modo contrário, toda carga histórica conflitiva que a Europa carrega, foi como é, determinante quando da tomada de qualquer decisão no contexto plurilateral; influenciou a formação das Comunidades Europeias e posteriormente a União. De modo algum o elemento econômico é menos importante, contudo, divide o grau de importância com o elemento político.

As duas conflagrações mundiais, a ameaça nuclear e a guerra fria inculcaram um aparente terror⁷³ entre as nações europeias, que viveram um longo período sob a égide do medo da guerra total. O fortalecimento político seria o passo mais importante para em tese manter seu espaço geopolítico, bem como, sua importância nas decisões tomadas no espaço internacional.

⁷² BIEBER. Op. cit., p. 30.

⁷³ A aparência de terror é destacada em função das teses Aron, ao entender que EUA e URSS sempre prostraram-se contra a guerra total ou mesmo o holocausto atômico, “[o]s reputam inimigos, apesar do seu parentesco, opinião que não é falsa mas que tende a ignorar o aspecto de solidariedade inconsciente ou implícita que qualifica a hostilidade”. ARON, Raymond. *Paz e guerra entre as nações*, p.657.

Por exemplo, poderia parecer despropositada a reunião dos Estados-membros da União Europeia ao discutirem a situação da sucessão política interna de um dos seus membros, quando no primeiro semestre do ano 2000, o Partido da Liberdade – que congrega a direita radical; marcado por posições neonazistas – obteve cerca de 30% dos votos dos austríacos, condição de segundo partido mais votado, ficando apto a formar com os conservadores um governo de coalizão. Ou seja, decorridos mais de cinqüenta anos do fim da Segunda Guerra Mundial, o combate às teses nazi-fascistas continua pautando a ação dos governos democráticos e da sociedade europeia.

No contexto latino-americano, logo no do Mercosul, é inegável que de forma explícita ou mimetizada, o poder dos norte-americanos sempre operou interferências inconcebíveis; não seria ousado afirmar que não há um só país latino-americano que tenha ficado livre daquela ingerência⁷⁴.

Apesar da Carta das Nações Unidas⁷⁵ há muito ter consagrado o princípio da não intervenção com um importante suporte para as relações internacionais e, da Assembléia Geral, utilizando-se de Resoluções, ter ampliado o entendimento concernente ao princípio⁷⁶, dando contornos claros e significativos, pouco se alterou no cenário latino-americano.

Tal situação poderia ser um elemento motivador para um trabalho conjunto de rechaçamento deste comportamento, havendo, portanto, um motivador político para os latino-americanos reconhecerem a necessidade de estabelecer vínculos mais estreitos de fortalecimento conjunto.

Apesar destes fatos terem sido amplamente trabalhados dentro da academia, tendo sido concebidas teorias e teses sobre o tema, jamais aqueles fatos – que demonstravam o poderio norte-americano imiscuindo-se na ‘vida’ da maioria dos Estados latino-americanos –, conseguiram obter uma condição de unanimidade ou de importância que lhes assegurassem a observação e legitimação, a ponto de tornarem-se bandeiras não somente dos

⁷⁴ A expressão: “quintal norte americano”, referindo-se a América Central, tem sua razão em existir.

⁷⁵ Art. 2º § 4. - “Los miembros de la Organización, en sus relaciones internacionales, se abstendrán de recurrir a la amenaza o al uso de la fuerza contra la integridad territorial o la independencia política de cualquier Estado de cualquier Estado, o en cualquier otra forma incompatible con los propósitos de las Naciones Unidas.”

⁷⁶ *Resolução n.º 2113(XX)* de dezembro de 1965, declara a inadmissibilidade da intervenção nos assuntos domésticos de Estados e a proteção da sua soberania; *Resolução n.º 2565(XXV)* de outubro de 1970, relativa às relações e cooperação entre Estados, considerara intervenção, qualquer forma de ingerência ou ameaça atentatória a personalidade do Estado, ou de seus elementos políticos, econômicos e culturais, vedando o uso de medidas econômicas, coatoras, e a organização, fomento, instigação de atividades armadas terroristas com objetivo de alterar o regime de outro Estado; *Resolução n.º 36/103* de dezembro de 1981.

movimentos de revolucionários ou de simples resistência, mas sim um mote de político latino-americano.

Um importante fato político foi a condenação dos EUA perante a Corte Internacional de Justiça (CIJ) no “*Case concerning the military and paramilitary activities in and against Nicaragua - Nicaragua v. United States of America*” na data de 27 de Junho 1986⁷⁷. Quando ficou amplamente documentada a postura norte-americana em relação aos países latinos, notadamente em relação à Nicarágua.⁷⁸

Hoje, lembra Lowenthal, cinco grandes mudanças internacionais ocasionaram transformações no contexto das relações entre Estados Unidos e América Latina: i) o desmoronamento da União Soviética; ii) o fim da guerra fria e a afirmação dos Estados Unidos com potência mundial dinâmica; iii) a legitimação generalizada da democracia política e do livre mercado; iv) a propagação do poder econômico para a Europa e Ásia; v) a reestruturação básica da economia mundial.⁷⁹

Um segundo elemento que pode ser apontado como importante é que traça uma distinção significativa entre os processos de integração da União Européia e do Mercosul refere-se ao procedimento adotado na tomada de decisões.

É um dos fatores que pode ser considerado como decisivo na dinamização da integração regional européia e o que se refere a supranacionalidade. Este elemento é um catalizador importante na medida que torna a política integracionista independente das contingências políticas internas de cada Estado-membro. Ocorre, portanto, uma descentralização do poder dos Estados, que se abstêm de atuar seus objetivos políticos, em direção a uma centralização coordenada pelos órgãos ou instituições supranacionais que impulsionam a política do bloco. Interessante notar que o conceito de supranacionalidade recebeu *status* normativo já em 1951, com o Tratado de Paris de criou a CECA.

⁷⁷ Résumé des arrêts, avis consultatifs et ordonnances. Affaire des Activités militaires et paramilitaires au Nicaragua et contre celui-ci (Nicaragua c. États-Unis d'Amérique) [fond] Arrêt du 27 juin 1986. Sítio da Corte Internacional de Justiça : <http://www.icj-cij.org> .

⁷⁸ A agravante neste caso refere-se ao desfecho, qual seja, o não acatamento por parte dos EUA da decisão da CIJ, praticando ato ilícito em função do artigo 94 da Carta das Nações Unidas. Na busca da “execução forçada” da sentença por parte do Conselho de Segurança das Nações Unidas, este viu-se “engessado” pelo fato dos Estado Unidos ser membro do Conselho, sendo necessário que ou os Estados Unidos votasse contra si, ou renunciasse seu voto. REZEK, José Francisco. *Direito internacional público: curso elementar*.p.368.

⁷⁹ LOWENTHAL, Abraham F. Os Estados Unidos e a América Latina na década de 90: interesses e políticas norte-americanas em mudança em um novo mundo, p. 147.

Como lembra Oliveira, os elementos essenciais ao pressuposto da supranacionalidade são: a) o reconhecimento da existência de um interesse comum e de valores comuns; b) a criação de um poder efetivo ao serviço destes interesses; c) a autonomia deste poder; d) a imediatidade do exercício de poder e sua imperatividade. Estes pressupostos devem necessariamente ser associados à existência de três condições básicas, são elas: a) os Estados integrantes tenham transferido o exercício de competências soberanas à organização; b) que a organização seja independente de seus membros; c) que as declarações de vontade da organização possam ser emitidas independentemente das adesões dos Estados e que produzam diretamente efeitos sobre esses Estados e pessoas.⁸⁰

O sistema adotado no Mercosul difere significativamente do modelo europeu. E esta questão é sempre referida com um problema central no processo de integração. Tendo sido considerada como um entrave à ampliação, ao crescimento e amadurecimento do bloco. Muitos estudiosos defendem que desde logo deveriam ser criados órgãos comunitários com autonomia para conduzir o processo de integração com mais afinco. Contudo, tal postura é inaceitável para os membros, a idéia de soberania permeia o discurso dos que defendem as idéias intergovernamentais, e aquela é absoluta, indivisível, imprescritível e inalienável.

Almeida entende que opção por estruturas do tipo intergovernamental, submetidas a regras de unanimidade, foi no entender dos países membros, a mais adequada à etapa atual do processo integracionista em escala sub-regional, já que não parece necessária a adoção de tal medida para implementação das ações relacionadas a livre-circulação de bens e serviços e a instituição da tarifa externa comum.⁸¹

5. Elementos de aproximação

Do ponto de vista histórico, observam-se diferenças substanciais entre a formação de blocos de cooperação conduzidos na América Latina com o Mercosul e a na Europa com a União Européia. Contudo, há confluências que se destacam é que podem ser apontadas:

- i) o período em que surge como vontade organizada;
- ii) os objetivos desenvolvimentistas;

⁸⁰ OLIVEIRA. *União Européia: processos de integração e mutação*, p. 68-9.

⁸¹ ALMEIDA. *Op. cit.*, p. 130-1.

iii) reflexos de um momento político internacional – evitar a expansão do sistema bipolar na forma de alinhados não alinhados;

iv) fazer frente ao poder político e econômico dos Estados Unidos.

A primeira delas refere-se ao período em que ganha força o ideal integracionistas, tanto na Europa como na América Latina, na segunda metade dos anos quarenta e toda década seguinte. Neste período a cooperação deixa à especulação para concretizar-se na forma de tratados ou acordos. Em relação à observação dos mesmos e cumprimento dos prazos as diferenças são muitas. Apesar do Mercosul não ter formalmente iniciado neste período, não se pode negar que todas as bases do diversos processos de regionalização presentes na América Latina começaram de uma forma mais consistente no período assinalado.

O seguinte elemento, apontado como similar nos processos analisados é a opção pela integração como reflexo de teses desenvolvimentistas, que vislumbravam:

i) uma maior eficiência na produção, pela especialização crescente dos agentes econômicos;

ii) altos níveis de produção pelo maior aproveitamento das economias de escala permitidas pela ampliação de mercado;

iii) melhor posição de barganha no plano internacional, em virtude das dimensões ampliadas da nova área, melhorando os termos de intercâmbio;

iv) mudanças positivas na eficiência econômica dos agentes;

v) transformação na qualidade e quantidade dos fatores de produção, avanço tecnológico;

vi) mobilidade de fatores através das fronteiras entre os países membros, permitindo alocação otimizada de recursos;

vii) coordenação de políticas monetárias e fiscais num sentido teoricamente mais racional, já subordinadas a uma lógica impessoal não à pressão de grupos setoriais ou correntes politicamente influentes em escala nacional;

viii) os objetivos do pleno emprego, altas taxas de crescimento econômico e de uma melhor distribuição de renda tornar-se-iam metas comuns.⁸²

Em resumo, os processos integracionistas buscam melhorar as condições econômicas dos membros.

⁸² Os tópicos arrolados são considerados vantagens possíveis que o Brasil teria se desenvolvesse uma Zona de Livre Comércio, logo adaptado para o presente texto, já que externalidades positivas de qualquer processo integracionista. *Idem*, p. 204.

O terceiro elemento apontado como particular aos dois processos é decorrente do momento político internacional caracterizado pela bipolaridade onde muitos dos não alinhados buscavam uma independência geopolítica, criando condições e ganhando força para marcar um espaço no contexto internacional criando sistemas continentais de defesa – Tratado Interamericano de Assistência Recíproca de 1947 e Comunidade Européia de Defesa de 1952.

Enquanto os soviéticos provocavam desconfiança dos Europeus, pelo fato de estarem no centro da Europa bem como na Europa Oriental. Os norte-americanos com sua postura pouco amistosa – *big stick* – produziram um insegurança constante para os países latino-americanos, o que convencionou-se chamar de imperialismo.⁸³

Foi em meio ao desenrolar da Guerra da Coréia em 1952, que se elaborou às pressas, um projeto de defesa comum para Europa, a chamada Comunidade Européia de Defesa (CED). Não logrou êxito possivelmente pela aspiração ambiciosa de colocar todas as forças armadas sob o mando de um poder supranacional. O projeto da constituição da CED ficou conhecido como “Plano Beyen”⁸⁴, sua estrutura foi aproveitada como base para o Tratado de Roma de 1955, já que apesar de ser um acordo setorial haviam alguns dispositivos básicos secundários que preparavam um mecanismo paralelo de integração econômica.⁸⁵

Apesar do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) anteceder o Mercosul, não se pode negar que o assunto “defesa conjunta” sempre interessou os latino-americanos e em especial Argentina e Brasil.

⁸³ Algumas demonstrações do imperialismo norte-americano podem ser observadas em intervenções ocorridas desde a década de cinquenta na América Latina, em que predominantemente houve utilização de força militar de forma direta ou indireta, assim: Guatemala (1952), República Dominicana (1956), Cuba (1961), Chile por subversão (1973), Argentina/Malvinas (1982), Granada (1983), Panamá (1989, com o pretexto de que o ex-presidente e Comandante Chefe do Exército General Noriega estava utilizando o Estado para canalizar drogas para os EUA), Nicarágua (mais de dez anos financiando os contra-revolucionários e utilizando a própria força, com ataques diretos nos anos de 1983 e 1984, { Puerto Sandino (set/1983), Corinto (out/1983), Base Naval Potosi (jan/1984), San Juan del Sur (mar/1984), ataque a barcos patrulheiros em Puerto Sandino (mar/1984), San Juan del Norte (abr/1984)}. MOREIRA Adriano. *Teoria da Relações Internacionais*. p.150-1. CASTRO, Paulo Jorge Canelas. *Da não intervenção à intervenção ? (o movimento do pêndulo jurídico perante as necessidades da Comunidade Internacional)*. p. 310. CIJ - Résumé des arrêts, avis consultatifs et ordonnances. Affaire des Activités militaires et paramilitaires au Nicaragua et contre celui-ci (Nicaragua c. États-Unis d'Amérique) [fond] Arrêt du 27 juin 1986. Sentença C.I.J. Nicarágua v. EUA. Sítio da Corte Internacional de Justiça : <http://www.icj-cij.org> .

⁸⁴ Beyen refere-se ao nome do Ministro holandês de assuntos exteriores que trabalhou ativamente na preparação da CED.

⁸⁵ TAMAMES. Op. cit., p. 40-1

O último dos elementos apontados como objetivo do processo de integração europeu e do latino americano é o de fazer frente ao poder político e econômico dos EUA.

Neste sentido, terminada a Segunda Guerra Mundial os Estados Unidos possuíam cerca de metade da riqueza do mundo – produção industrial quase quadruplicou em escala durante a fase beligerante –, tinham o maior poder militar, segurança sem precedentes e os inimigos distantes. Dominavam ambos os oceanos, as regiões mais ricas, as maiores reservas energéticas do mundo e os recursos críticos.⁸⁶

Logo nos estágios iniciais da Segunda Guerra Mundial, planejadores norte-americanos observavam que estariam em posição de organizar grande parte do mundo. No período de 1934 a 1945, amplos estudos sobre o mundo pós-guerra foram trabalhados pelo Ministério das Relações Exteriores, que reuniu círculos financeiros e corporativos internacionalmente orientados e planejadores do Departamento de Estado.⁸⁷

Chomski lembra que foi o um projeto que recebia o nome de “grande área”, formando uma economia mundial integrada que satisfaria as necessidades da economia norte-americana e lhe forneceria “[o] campo de ação necessário a fim de sobreviver sem maiores reajustamentos” – ou seja, sem a modificação da distribuição doméstica de poder, riqueza, propriedade e controle.⁸⁸

Como referido anteriormente, os países latinos não souberam aproveitar estes elementos como um catalizador do processo integracionista, libertador e desligado de situações particulares ocasionais. Ainda, especificamente em relação à Europa, o passado reverberará em toda a trajetória política posterior, logo, nas ações buscando compor os litígios profundos.

A América Latina, bem como os membros do Mercosul, não teve o mesmo destino. As conflagrações neste continente tiveram uma repercussão menor – apesar de sangrentas e dolorosas –, e não poderiam ser considerados determinantes para uma união de qualquer natureza. Porém o dado comum aqui se refere aos sistemas de dominação econômico político – definidos em ordem temporal crescente como mercantilismo, colonialismo e imperialismo – levados a efeito por governo de países centrais, notadamente em relação ao imperialismo norte-americano.

⁸⁶ CHOMSKI. Op. cit., p.109.

⁸⁷ Idem, p. 109-10.

⁸⁸ Idem, p. 110.

Enfim, os elementos apresentados possibilitam observar uma semelhança muito acentuada nas motivações que conduziram ambos os processos de integração, logo surgiria a indagação, por que um dos processos conseguiu centralizar-se sobre um só bloco, enquanto o outro processo fragmentou-se, e dentro destas fragmentações em de cada processo sub-regionalizado manteve-se pouco operante?

Certamente que o elemento diferenciador entre a confluência de forças no âmbito europeu e no latino-americano é marcadamente muito forte, assim um processo embasado sobre objetivos políticos diverge em essência de um fundado em objetivos unicamente econômicos. Aspectos culturais, políticos em sentido estrito, sociais, filosóficos não podem ser desconsiderados, contudo o diferencial mais significativo transpõe ser o político conforme anteriormente indicado.

6. *Conclusão*

Do ponto de vista político internacional, a integração corresponde a um processo ou estado onde diversas nações, de diferentes nacionalidades, decidem formar um grupo regional. Os objetivos almejados neste processo podem ser os mais variados; contemporaneamente o econômico tem sido manifestado de modo mais significativo.

O regionalismo, tendo sido neste caso o instrumento de implementação do crescimento econômico, tentando fazer frente ao fenômeno da mundialização dos mercados, com a proteção dos mercados regionais. Tanto América Latina como Europa apresentam um rico e antigo histórico de antecedentes em relação à tentativa de formação de unidades de integração; obviamente apresentado algumas aproximações e muitas diferenças.

A observação dos fatos marcantes no decorrer do tempo aponta uma similitude no desejo de formação de grandes confederações, culminado com coletividades de integração ou cooperação. Ainda, elementos de aproximação demonstram particulares semelhanças entre os movimentos analisados, como as relacionadas ao período em que surgem como vontade organizada; em relação aos objetivos desenvolvimentistas; em relação aos reflexos de um momento político internacional - evitar a expansão do sistema bipolar na forma de alinhados não alinhados -; e a de fazer frente ao poder político e econômico dos Estados Unidos.

Os dados compilados não permitem estabelecer um juízo definitivo sobre os motivos pelos quais os processos de integração União Européia e Mercosul são tão dispares em seus resultados atuais. Contudo, num juízo parcial e inconcluso é possível eleger elementos que por sua natureza ampla possam abarcar importantes causas dessas evoluções, contudo não referidos, além de satisfazer minimamente o questionamento introdutório.

Assim, enquanto na formação do bloco europeu, o elemento político mostrou-se mais significativo que o elemento econômico, na América Latina, o elemento político nunca foi mais vigoroso que o econômico para fins de integração entre seus países, apesar de terem existido motivos para a formação ganhar tonalidades mais política. Podendo ser apontado com motivador da diferença de grau de evolução entre os processos.

A alegação em relação ao instrumento de empuxo supranacional como motivador da integração não deixa de ser relevante, porém incluído no elemento maior que é o da construção de um fenômeno político capaz de unir sobre sua regência todos os elementos de uma integração regional.

Enfim, não restam dúvidas que os elementos históricos significativos presentes no continente europeu – como se estivessem constantemente repetindo a máxima de Santayana: “os que não se podem lembrar da experiência estão condenados a repeti-la” – deram nascimento a um fenômeno amplo que acabou por formar uma das expressões políticas mais notáveis do pensamento humano nos últimos tempos que chamamos de União Européia.

7. BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Paulo Roberto. *O MERCOSUL no contexto regional e internacional*. São Paulo: Aduaneiras, 1993.
- AMIN, Samir. *Re-reading the Postwar Period: An Intellectual Itinerary*. Trad. Michael Wolfers. New York: Monthly Review, 1994.
- ARNAUD, Vicente Guillermo. *Mercosur – Unión Europea, Nafta y los procesos de integración regional*. Buenos Aires: Abeledo-Perrot, 1996.
- ARON, Raymond. *Paz e guerra entre as nações*. Trad. Sérgio Bath. Brasília: UnB, 1986.
- BANDEIRA, Moniz. *O eixo Argentina-Brasil: o processo de integração da América Latina*. Brasília: Universidade de Brasília, 1987.
- _____. *Estado nacional e política internacional na América Latina: o continente nas relações Argentina - Brasil (1930-1992)*. 2. ed. São Paulo: Ensaio, 1995.

- BIEBER, León E. Paralelos e diferenças na conformação de blocos de integração regional na Europa e na América Latina. In: *O Mercosul e a Comunidade Européia: uma abordagem comparativa*. PLÁ, Juan Algorta (org.). Porto Alegre: UFRGS, 1994.
- BOLÍVAR, Simón. Discurso proferido junto a “Sociedad Patriótica de Caracas” em 3 de Junho de 1811. <http://wekker.seagull.net/discursos.html>;
- CARR, Edward Hallett. *Vinte anos de crise: 1919-1939: uma introdução ao estudo das relações internacionais*. Trad. Luiz Alberto Figueiredo Machado. Brasília: UnB, 1981.
- CASELLA, Paulo Borba. *Comunidade Européia e seu ordenamento jurídico*. São Paulo: LTr, 1994.
- CASTRO, Paulo Jorge Canelas. Da não intervenção à intervenção? (o movimento do pêndulo jurídico perante as necessidades da Comunidade Internacional). Coimbra: *BFDUC*, 1995, V. LXXI.
- CAUBET, Christian Guy. *As grandes manobras de Itaipu: energia, diplomacia e direito na Bacia do Prata*. São Paulo: Acadêmica, 1989.
- CHOMSKY, Noam. *Novas e velhas ordens mundiais*. Trad. Paulo Roberto Coutinho. São Paulo: Scritta, 1996.
- DUROSELLE, Jean Baptiste. *A Europa de 1815 aos nossos dias: vida política e relações internacionais*. Trad. Olívia Krähenbühl. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1985.
- EUROPA passo a passo: cronologia da comunidade européia. Luxemburgo: Oficina das publicações oficiais das Comunidades Europeias, 1983.
- GAY, Gaston de Prat. *Política internacional del grupo latinoamericano*. Buenos Aires: Abeledo-Perrot, 1967.
- HONRUBIA, Victoria Abellán. COSTA, Blanca Vilà (org.). *Lecciones de Derecho Comunitario Europeo*. 2. ed. Barcelona: Ariel, 1994.
- JAEGER JUNIOR, Augusto. *Mercosul e a livre circulação de pessoas*. Florianópolis, 1999. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina.
- KANT, Immanuel. *À paz perpétua*. Trad. Marcos Antônio A. Zingano. Porto Alegre: L&PM, 1989.
- LOWENTHAL, Abraham F. Os Estados Unidos e a América Latina na década de 90: interesses e políticas norte-americanas em mudança em um novo mundo. *Política Externa*, v. 1, n. 3, dez. /jan. /fev. 1992-93.
- MANDEL, Ernest. *O significado da segunda guerra mundial*. Trad. Lólio

- Lourenço de Oliveira. São Paulo: Ática, 1989.
- MOREIRA Adriano. *Teoria das relações internacionais*. Coimbra: Almedina, 1996.
- OLIVEIRA, Maria Odete de. *A integração nuclear Brasil-Argentina: uma estratégia compartilhada*. Florianópolis: UFSC, 1996.
- _____. A integração bilateral Brasil-Argentina: tecnologia nuclear e Mercosul. In: *Revista Brasileira de Política Internacional*. Rio de Janeiro: 1958-1992; Brasília: 1993-. Ano 41, n.1, p. 5-23, 1998.
- _____. *União Européia: processos de integração e mutação*. Curitiba: Juruá, 1999.
- _____. Paradigma da Dependência. In: BEDIN, Gilmar Antonio. et. al. *Paradigmas das relações internacionais: idealismo, realismo, dependência, interdependência*. Ijuí: UNIJUÍ, 2000, p. 159-243.
- RÉSUMÉ des arrêts, avis consultatifs et ordonnances. Affaire des Activités militaires et paramilitaires au Nicaragua et contre celui-ci (Nicaragua c. États-Unis d'Amérique) [fond] Arrêt du 27 juin 1986. Sítio da CIJ : <http://www.icj-cij.org>.
- REZEK, José Francisco. *Direito internacional público: curso elementar*. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 1995.
- SANTOS, Ricardo Soares Stersi dos. *MERCOSUL e arbitragem internacional comercial: aspectos gerais e algumas possibilidades*. Belo Horizonte: Del Rey, 1997.
- SEITENFUS, Ricardo. *Manual das organizações internacionais*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1997.
- SOARES, Esther Bueno. *Mercosul: desenvolvimento histórico*. São Paulo: Oliveira Mendes, 1997.
- TAMAMES, Ramón. *La Unión Europea*. Madrid: Alianza, 1994.
- THORSTENSEN, Vera. *Comunidade Européia: a construção de uma potência econômica*. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- VACCHINO, Juan Mario. Esquemas latinoamericanos de integración: problemas y desarrollos. *Pensamiento Iberoamericano*, n. 15, ene./jun. 1989.